

Aline Grupillo

Universidade da Beira
Interior
Covilhã, Portugal

Joaquim Paulo Serra

Universidade da Beira
Interior
Covilhã, Portugal

NOVAS NOÇÕES DE NOTÍCIA? QUANDO APPS COLABORATIVOS DESAFIAM A AUTORIDADE JORNALÍSTICA¹

NEW NOTIONS OF NEWS? WHEN COLLABORATIVE APPS CHALLENGE JOURNALISTIC AUTHORITY

RESUMO

Este artigo reflete sobre o conceito de notícia e sua compreensão pelos usuários de aplicativos geridos por cidadãos, a fim de discutir em que medida o formato dos conteúdos aproxima Apps colaborativos das noções de notícia da mídia tradicional, desafiando a autoridade jornalística. Para isto, tomamos o aplicativo Onde Tem Tiroteio como objeto empírico e adotamos a revisão bibliográfica e a observação direta inspirada na etnografia virtual como procedimentos metodológicos. Os resultados demonstram a predominância do texto sobre outros formatos como fotos e vídeos, a utilização de um modelo de escrita similar ao *lead* e o entendimento de notícia como “informação útil”.

Palavras-chave: Notícia; Autoridade jornalística; Apps colaborativos.

ABSTRACT/ RESUMEN

This article seeks to think about the concept of news and its understanding by users of applications managed by citizens, in order to discuss the extent to which the format of the contents brings collaborative Apps closer to the notions of news from traditional media, challenging the journalistic authority. We took the application Onde Tem Tiroteio as an empirical object and adopted the bibliographic review and direct observation inspired by virtual ethnography as methodology. The results demonstrate the predominance of the text over other formats, the use of a writing model similar to the lead and the understanding of news as “useful information”.

Keywords / Palabras Clave: News; Journalistic Authority; Collaborative Apps.

Recebido: 02/06/2022 / Aprovado: 13/02/2023

Como citar: GRUPILLO, Aline; SERRA, Joaquim Paulo. Novas Noções de Notícia? Quando apps colaborativos desafiam a autoridade jornalística. Revista GEMInIS, v. 14, n. 1, pp. 85-104, jan./abr. 2023.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 3.0 Internacional.

¹ Uma versão preliminar deste texto foi apresentada no Congresso Internacional de Jornalismo para Dispositivos Móveis. A versão atual, além de uma nova estrutura, contém revisões importantes.

1. Introdução

Resultado da análise do aplicativo de alertas da violência urbana no Brasil “Onde Tem Tiroteio (OTT)”, este artigo procura discutir o estatuto conceitual de notícia e a sua compreensão pelos usuários de Apps colaborativos, a fim de perceber em que medida a aproximação do modelo de produção textual comumente utilizado no jornalismo desafia a autoridade jornalística no contexto das Tecnologias de Informação e Comunicação (Castells, 1999), mais especificamente com o uso dos dispositivos móveis. Partimos do princípio de que a notícia é o produto da rotina organizacional dos jornalistas profissionais (Traquina, 2005) que, ao selecionarem e processarem os fatos do cotidiano, permitem a orientação social do homem moderno comum (Berger e Luckmann, 2004). A partir daí, questionamos se a produção informativa descentralizada produzida por cidadãos no aplicativo OTT contribui para uma compreensão contemporânea de notícia descolada dos meios convencionais.

Conceitualizar a notícia constitui uma tarefa intelectual difícil e contínua, especialmente se levarmos em consideração as mudanças que os ambientes digitais impuseram aos formatos e aos conteúdos das notícias na contemporaneidade (Conde, 2013). De certa maneira, a autoridade dos jornalistas profissionais esteve historicamente relacionada com o domínio das técnicas de produção da notícia dentro do ideal da objetividade (Seixas, 2009), com o uso de uma linguagem transparente, que pudesse refletir noções como imparcialidade e neutralidade (Roxo, 2011; Albuquerque, 2009), cujo principal objetivo consiste em diferenciar uma prática considerada amadora de uma concepção do jornalismo como atividade profissional.

Até há pouco tempo, o controle dos processos de produção também dava aos jornalistas a prerrogativa de selecionar e distribuir os assuntos que, sob a sua ótica, valiam a pena ser notícia. As últimas décadas, porém, apresentaram outros cenários nos quais a participação do público é ampliada e os indivíduos possuem as condições para uma distribuição autônoma e descentralizada de conteúdos de interesse jornalístico. Nesse sentido, os dispositivos móveis e os aplicativos personalizados põem novamente o papel e o lugar do jornalista no centro do debate, fazendo os estudiosos novamente refletirem sobre o que é notícia e quem pode produzi-la.

Para enfrentar esse desafio, adotamos a revisão bibliográfica e a observação direta inspirada na etnografia virtual (Hine, 2000) como procedimentos metodológicos. A observação e recolha sistemática de dados ocorreu em um período total de seis meses, entre 10 de junho e 15 de dezembro de 2020, em que foram emitidos 2.607 alertas de violência urbana no aplicativo. Além de contabilizar

o número e os tipos de alertas mais emitidos, a sua localização geográfica, a quantidade e o nível de interação entre os usuários, também classificamos os alertas quanto ao conteúdo (texto, vídeo e fotografia) e procuramos apontar as circunstâncias em que eram feitos os comentários e inserções de novas informações no App.

Sendo assim, o artigo foi dividido em três partes. Na primeira, apresentaremos o aplicativo em questão, suas dinâmicas de funcionamento e importância no contexto da violência urbana brasileira. Em seguida, buscaremos a conceitualização da notícia na literatura do campo jornalístico para entender suas possíveis interpretações. Por fim, procuramos refletir sobre tais compreensões no confronto com os resultados alcançados na pesquisa empírica, a fim de averiguar novos possíveis entendimentos de notícia pelos usuários de Apps colaborativos e em que medida isso desafia a autoridade jornalística.

2. Onde Tem Tiroteio: segurança C2C

O OTT nasceu como uma *fanpage* no *Facebook* em 2016, criada por quatro amigos não-jornalistas para fornecer informações sobre a violência urbana no Rio de Janeiro (Brasil), a partir do que denominam “segurança pública 4.0”, compreendida como um tipo de “segurança” feita do cidadão para o cidadão (C2C), de forma colaborativa e instantânea.

No Brasil, a multiplicação de perfis dessa natureza nas redes sociais foi associada a, pelo menos, dois fatores: 1) à disponibilidade tecnológica advinda da popularização dos *smartphones* e a capacidade com que dota os usuários para documentar condutas violentas; e 2) à restrição da cobertura jornalística tradicional em regiões de conflito armado, a partir de 2002, quando o jornalista Tim Lopes (*TV Globo*) foi assassinado durante a produção de uma reportagem no conjunto de favelas do Alemão, no Rio de Janeiro (Grupillo, 2019).

Nunes (2017) observa que, com o paulatino distanciamento da imprensa tradicional desses espaços, “ter comunicadores lá de dentro produzindo informações sobre seu contexto de violência é fundamental para que o assunto seja pautado na opinião pública”². De acordo com o boletim *Crime e Polícia no #Rio de Janeiro: Relatos em páginas do Facebook*³, do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Cândido Mendes, o desenvolvimento da internet e a redução da cobertura jornalística em determinadas áreas urbanas foram decisivos para o aparecimento das

² Disponível em <https://www.abraji.org.br/noticias/paginas-de-facebook-ganham-forca-e-desafiam-senso-comum-na-veiculacao-de-informacoes-sobre-violencia-e-seguranca-no-rio-de-janeiro>. Consulta em 06 de abril de 2020.

³ Disponível em <https://cesecseguranca.com.br/boletim/crime-e-policia-no-riodejaneiro-relatos-em-paginas-do-facebook/>. Consulta em 06 de abril de 2020.

páginas de bairro nas redes sociais digitais. Os pesquisadores contabilizaram e analisaram 156 perfis, a maior parte criada pelos próprios moradores. Isso indica que quase a totalidade dos bairros oficiais existentes na cidade (160) conta com uma página de “notícias” locais.

Embora tivessem a intenção de prestar um serviço público mais diversificado, a maioria dessas *fanpages* migrou para a cobertura da violência com ênfase na localidade de origem e seu entorno. O assunto toma 44% da produção de conteúdo. Nota-se ainda uma elevada participação dos seguidores com o envio de fotos (53,1% das postagens) e vídeos (8,7% dos posts) (Nunes, 2017). Em 2019, o OTT migrou de *fanpage* para App e a iniciativa passou a emitir alertas de violência de todo o Brasil.

Latrônico e Mattedi (2019) argumentam que as inovações tecnológicas facilitaram o desenvolvimento de Apps, dando relevância a essas plataformas no século XXI. Os aplicativos criados para atender às demandas das cidades acabaram por reinventar as relações sociais no espaço urbano, apresentando formas alternativas de uso das cidades com informações contínuas e altamente atualizadas. Entre os aplicativos relacionados às cidades, os de caráter local se desenvolvem a partir de problemas específicos de um território, mas nada impede que possam ser expandidos para o âmbito global. Para os autores, o OTT é exemplo desse fenômeno, uma vez que o App nasceu para atender às demandas específicas da população do Rio de Janeiro e passou a atender outras cidades brasileiras, tendo a violência nos centros urbanos como problema comum.

No OTT, os usuários têm a possibilidade de relatar eventos que tenham testemunhado de maneira a auxiliar os demais a escapar de confrontos, assaltos e balas perdidas, entre outros crimes. Tudo é compilado e os administradores dizem trabalhar de forma independente, isto é, sem a obrigação de confirmar a veracidade das ocorrências com fontes oficiais, como batalhões de polícia ou secretarias de segurança pública.⁴ O App é gratuito, opera nos sistemas iOS e Android e conta com 5 milhões de *downloads*.⁵

O OTT emite 12 tipos de alertas que são acompanhados por símbolos diferentes (Figura 1): Tiroteio; Disparos ouvidos; Arrastão/Carros na contramão; Operação policial; Perseguição policial; Utilidade Pública; Alagamento; Manifestação, Incêndio; Roubo de Carga e Toque de Recolher. Além disso, dois ícones sinalizam a existência de fotografias ou vídeos em determinadas ocorrências. Os usuários podem curtir, descurtir, comentar e também compartilhar os alertas em suas redes sociais particulares.

⁴ Entrevista presencial concedida pelo administrador Henrique Caamaño à autora em 5 de agosto de 2019.

⁵ Cf. <https://www.ondetemtiroteio.com.br/> Acesso em 11 de dezembro de 2019.

Figura 1 - Ícones e tipos de alerta



Fonte: capturado do App OTT em 02/08/2019

O aplicativo trabalha com um sistema de inteligência artificial no qual o recebimento de alertas e a emissão de informações depende do referencial geográfico de cada *smartphone*. No campo de configurações, o usuário seleciona previamente os tipos de alerta que quer receber, em qual idioma (Português, Inglês ou Espanhol), e o raio de abrangência das notificações, que varia de 50km a 2.000km. Dessa maneira, os informes da violência podem alcançar desde o bairro ao estado onde vive o usuário até outro país com o qual tenha alguma ligação e do qual queira receber informações.

Zago (2009, p.1) observa uma tendência à hiperlocalidade informativa com a proliferação de dispositivos móveis e a possibilidade de produção jornalística em redes digitais. Nesse contexto, a especificidade das notícias procura atender a necessidade dos indivíduos em territórios circunscritos, já que “saber o que acontece ali na esquina” é tão ou mais importante do que saber o que acontece no mundo. Sendo assim, a autora reconhece como sendo notícias hiperlocais aquelas que tendem a ser ainda mais específicas, contemplando “uma comunidade, um bairro, uma rua ou até mesmo um quarteirão específico”.

No geral, o cidadão comum exerce um papel essencial na construção de uma rede informativa hiperlocal, sendo atuante na produção e difusão de conteúdo (Oliveira e Holanda, 2010). Neste aspecto, a informação hiperlocal está em sintonia com o jornalismo cidadão, pois exige vínculo com a cidade e suas comunidades (Fernandes e Lima, 2017). Se as tecnologias digitais móveis são

capazes de nos comunicar a um território específico ao nível da rua ou do bairro, em um curto espaço de tempo, então, o hiperlocal pode ser entendido como uma comunicação de lugar que, em última análise, marca a alteração no *modus operandi* de produção noticiosa do modelo de jornalismo objetivo, na medida em que propõe o fim do distanciamento entre os polos emissor e receptor (Camponez, 2017). No OTT, por exemplo, além de dialogarem entre si, os usuários conversam com os gerenciadores da ferramenta, criando um fluxo permanente e veloz de transmissão de informação que extrapola o ambiente virtual para se concretizar em ações no espaço físico urbano, alterando a relação dos usuários com a cidade e “redimensionando as práticas sociais e a experiência do cidadão” (Antunes e Matheus, 2019, p.250).

Ferramentas como o aplicativo OTT contribuem para a gestão de problemas do cotidiano. Mais do que alterar rotinas individuais no contexto das grandes cidades, esses dispositivos produzem territórios virtuais personalizados que funcionam como instrumento de mediação social, indicando a vulnerabilidade dos indivíduos em situações de violência ou até mesmo de catástrofes naturais (Latrônico e Mattedi, 2019). Partindo desse entendimento, os autores compreendem que Apps como AlertaBLU, cujo objetivo primordial é avisar os moradores sobre desastres causados pelas enchentes na cidade de Blumenau, no estado de Santa Catarina, ou o OTT, conseguem resolver problemas específicos de cada território através da criação de um novo espaço hiperconectado, com fluxo informacional contínuo.

Toda essa mudança nas relações e interações sociais está, em parte, associada ao desenvolvimento das TICs (Castells, 1999) e à evolução da telefonia móvel por meio dos aparelhos portáteis. Somente no Brasil, estima-se que 242 milhões de *smartphones* estavam em uso em 2021, o que representava mais de um aparelho por habitante.⁶ Cenários como esse apresentam novas exigências ao mercado da comunicação no século XXI, entre elas o investimento na criação de aplicativos mais dinâmicos, sejam eles de empresas jornalísticas ou não; mas também contribuem para o surgimento de formas diferentes de pensar e produzir notícia.

3. Notícia, ideologia profissional e autoridade jornalística

Diferentes autores compreendem a notícia como o produto de um período de grandes e complexas transformações sociais, econômicas, políticas e tecnológicas (Schudson, 2010; Medina, 1988). A notícia como a conhecemos foi sendo moldada ao longo da história do jornalismo a fim de tornar possível a separação entre fatos e opinião. Dentro deste paradigma, para o leitor, a notícia

⁶ Pesquisa anual de uso das tecnologias de informação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em <<https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/pesquisa-anual-uso-ti>>. Acesso em 22 de outubro de 2021.

tornou-se uma maneira de conhecer o mundo novo que emergia ao seu redor; para os repórteres, foi preciso (re)aprender a escrever ou adaptar a escrita às exigentes técnicas que objetivavam, entre outras coisas, o aumento da capacidade de processamento das informações e dos acontecimentos pelos jornais.

Em seu guia de sobrevivência para jornalistas, Jorge (2012, p.22-23) compila algumas tentativas de definição da notícia como a simples transcrição dos eventos cotidianos mais importantes: “Notícia é a comunicação de uma ocorrência que irá interessar à maioria dos membros de uma comunidade”; “Notícia é tudo que o público necessita saber”; “Notícia é um texto que informa o que está acontecendo”, ou ainda, “É a informação atual, verdadeira, carregada de interesse humano, capaz de despertar atenção e curiosidade”.

Para Sodré (2012, p. 20-21), no entanto, definições dessa natureza são precárias porque procuram salientar certos aspectos da notícia tais como a factualidade, a novidade, o interesse do destinatário ou mesmo acentuar a frequência diária de sua publicação. O autor as identifica mais como uma tentativa de descrever as práticas profissionais dos jornalistas do que propriamente de conceitualizar a notícia. Nesse sentido, afirmar que “se um cachorro morde o homem, não é notícia, mas, se um homem morde um cachorro, é notícia”, não explica o que a notícia é, apenas demonstra o que foi inscrito na tradição das redações como “uma fórmula adequada à prática profissional, orientada pelo valor de excepcionalidade, raridade ou de ruptura do padrão rotineiro de expectativas quanto aos fatos sociais”.

Os estudos da notícia adquiriram diversas interpretações, culminando em diferentes teorias ao longo do tempo (Correia, 2011). Dentro da lógica produtiva do jornalismo de caráter industrial, poderíamos definir notícia como o resultado final da atividade técnico-laboral individual e coletiva dos jornalistas de (re)construção do real. Mas, essa também seria uma visão reducionista e restrita do que as notícias são e porque elas assumem o modelo que conhecemos. Por essa razão, ainda que a notícia seja o produto oriundo da padronização de processos produtivos articulados no interior da comunidade jornalística, Traquina (2005) não acredita ser possível entender o seu conceito e a sua evolução sem compreender o espaço social estruturado onde os jornalistas atuam.

No interior do campo jornalístico, marcado por conflitos e disputas, os jornalistas são inclinados a situar o seu trabalho em um eixo ideológico, reivindicando o monopólio do saber pelo domínio das técnicas de produção noticiosa: “Os jornalistas professam; professam saber o que é notícia e como escrevê-la” (Traquina, 2005, p.117). Ao longo do tempo, esse processo ideológico produziu o consenso sobre quem é o real jornalista e qual mídia noticiosa pode ser considerada exemplo de jornalismo verdadeiro (Deuze, 2005). O desenvolvimento de uma técnica de produção

textual dentro do ideal da objetividade, com o uso de uma linguagem transparente, capaz de refletir conceitos como imparcialidade e neutralidade, teve um papel importante na ideologia profissional dos jornalistas, pois procurou diferenciar uma prática considerada amadora e improvisada de uma noção mais elitizada da atividade, vinculada ao modelo moderno do jornalismo de informação (Roxo, 2011).

Historicamente, o desenvolvimento da autoridade jornalística esteve vinculado não apenas à seleção dos acontecimentos e à sua organização de acordo com o que os jornalistas entendiam ser a ordem de importância, mas principalmente à consolidação de uma forma, um modo convencional de redação das notícias, assente no modelo do *lead* (primeiro parágrafo onde são respondidas questões básicas: O que? Quem? Quando? Onde? Como? Porquê?) e da pirâmide invertida (informações distribuídas no texto por ordem decrescente de importância). Essa relação entre conteúdo e forma facilitou o trabalho coletivo dos jornalistas que, ao ser institucionalizado nos manuais, resultou em um padrão de escrita capaz de conquistar uma maior confiança por parte dos leitores. Além do mais, o domínio dessas técnicas acabou por distinguir o profissional do jornalismo, permitindo, inclusive, uma maior rapidez e segurança da escrita das notícias (Seixas, 2009).

Os autores acima concordam que a autoridade jornalística foi construída sobre um modelo de modernidade da imprensa em que notícia era a pura e simples informação escrita a partir da pressão pela exatidão, dentro de um padrão específico. As memórias de Julius Chambers, repórter nos anos 1890, explicam o que isso significava:

Fatos; fatos; nada além de fatos. Tanta ervilha em tantas porções; tanto melão em tantos galões [...]. O índice de palavras proibidas era muito extenso e o mau uso delas, quando escapavam ao olho afiado do revisor e iam para a impressão, era punido com suspensão sem remuneração durante uma semana, ou demissão imediata. Era um sistema rígido, rigidamente imposto. (Schudson, 2010, p.95)

Na prática, essa imposição visava o treinamento dos jornalistas para a separação entre informação e opinião, entre fatos e valores. Com efeito, o estabelecimento do jornalismo enquanto profissão e o amadurecimento da autoridade dos jornalistas se deu pela via do texto com a notícia desempenhando um papel fundamental nesse processo. Tanto que a objetividade jornalística é apontada como um ideal, quer dizer, a ideia de que se pode separar completamente fatos de opinião, informação de valores (Schudson, 2010), mas também um ritual estratégico (Tuchman, 1972), entendido como uma fórmula capaz de livrar o jornalista de acusações e reprimendas no exercício de suas funções.

A objetividade, assente na crença em um modelo de escrita claro e imparcial, traçou uma fórmula que pode ser aplicada com facilidade e agilidade pelos jornalistas, permitindo o maior processamento possível das notícias em um prazo mais curto de tempo. Talvez por isso, apesar de criticados por serem restritivos e limitados, o *lead* e a pirâmide invertida permanecem usuais, pois permitem, aos jornalistas, a organização padronizada da notícia, e aos leitores, o reconhecimento de um produto da atividade dos profissionais da imprensa (Gradim, 2000).

Nas últimas décadas dos séculos XX e XXI, porém, a evolução e popularização da internet, o aparecimento dos dispositivos móveis de comunicação, as possibilidades de convergência de mídias e a consequente descentralização produtiva dos relatos do cotidiano suscitaram novas configurações e desafios à prática profissional dos jornalistas, em particular, e às próprias empresas de jornalismo, no geral. Este cenário desperta questionamentos importantes com reflexo sobre o próprio estatuto conceitual da notícia:

Em meio à crise evidente das formas tradicionais de jornalismo diante da circulação de informação através da internet em tempo real e fluxo contínuo, o estatuto conceitual da notícia suscita considerações de ordem prática para a corporação editorial, inclusive a de saber se os tradicionais produtores do texto jornalístico ainda podem determinar em última análise o que é ou não uma notícia. (Sodré, 2012, p.23)

No fundo, o que devemos refletir é se, diante dos novos comportamentos sociais e das capacidades geracionais e distributivas de relatos noticiosos, articulados com o aparecimento e desenvolvimento do aparato tecnológico, o corpo dos jornalistas ainda detém o controle absoluto dos processos básicos e do discurso informativo. Neste trabalho, procuramos fazer essa discussão, apontando para novas interpretações sobre a notícia, a partir da análise do aplicativo Onde Tem Tiroteio.

4. Notícia como “informação útil” em Apps colaborativos: o caso do OTT

Inspirados na etnografia virtual (Hine, 2000), considerando que a comunicação faz parte da nossa essência antropológica e que observar as interações comunicativas nas sociedades contemporâneas implica olhar atentamente em direção aos novos espaços antropológicos assentes nos ambientes digitais (Cardoso e Costa, 2017), procuramos realizar uma observação detalhada do aplicativo OTT a fim de perceber a dinâmica das interações ali estabelecidas para, a partir delas, tentar refletir sobre o estatuto conceitual da notícia e o modo como os usuários interpretam as informações e os relatos da violência urbana disponibilizados no App. A observação foi realizada durante seis

meses, entre 10 de junho e 15 de dezembro de 2020, período em que foram emitidos 2.607 alertas de violência urbana no aplicativo.

Entre os alertas emitidos (Tabela 1), há o predomínio de Tiroteio (1.216), seguido de Disparos Ouvidos (976) e Utilidade Pública (243). Nota-se que os alertas referentes à Operação Policial apareceram na quarta posição (51), o que indica uma parcial suspensão das atividades policiais em regiões de conflito armado durante a pandemia de Covid-19, por força de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF).⁷

Tabela 1: tipos de alerta OTT

Tipologia	Incidência no período
Tiroteio	1.216
Disparos Ouvidos	976
Utilidade Pública	243
Operação Policial	51
Perseguição Policial	26
Arrastão	23
Manifestação	22
Carros na contramão	21
Incêndio	15
Alagamento	07
Roubo de carga	05
Toque de Recolher	02
Total	2.607

Fonte: elaboração dos autores

No que se refere à localização, embora a pretensão dos administradores seja abranger todo o Brasil, o Rio de Janeiro concentra 87,07% dos alertas, seguido dos estados do Espírito Santo (4,10%) e São Paulo (3,91%). Os demais estados somaram 119 alertas, cuja porcentagem representa 4,56% do total. Notamos ainda o surgimento do interesse do aplicativo em fornecer alertas de eventos internacionais e conseguimos contabilizar 5 alertas dos Estados Unidos, 3 do México e 1 do Paraguai, totalizando 2.598 alertas no Brasil (99,66%) contra nove de outros países (0,34%).

As publicações em formato de texto corresponderam à esmagadora maioria dos alertas: 2.378 posts no total. Já as postagens contendo vídeos ficaram em segundo lugar, somando 159 inserções. Finalmente, as fotografias estavam presentes em 70 publicações (Tabela 2).

⁷ Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=444960>>. Acesso em 31 de janeiro de 2021.

Tabela 2: formato dos alertas publicados

Formato	Quantidade	Visualizações
Texto	2.378	-
Vídeo	159	888.895
Fotografia	70	-
Total	2.607	888.895

Fonte: elaboração dos autores

No caso específico deste estudo, identificamos uma produção informativa e imagética extremamente versátil e eficiente que, ao ser desenvolvida por cidadãos comuns, de forma descentralizada, consegue alcançar e envolver milhares de outras pessoas por meio das redes sociais digitais, de aplicativos de mensagens instantâneas e de plataformas de geolocalização, entre outras.

Ao contrário dos jornalistas dos meios tradicionais, estes cidadãos, por não estarem ligados aos grandes conglomerados ou empresas de mídia, não precisam responder às pressões das organizações jornalísticas, nem seguir determinadas técnicas profissionais na elaboração de mensagens ou na gravação de vídeos. Mesmo assim, o valor testemunhal do conteúdo, geralmente captado “onde os cinegrafistas profissionais das emissoras de televisão, das assessorias de imprensa e das agências de notícias não estiveram presentes” (Siqueira, 2013, p.22), é capaz de gerar credibilidade por ser interpretado como o atestado de veracidade de um fato (Polydoro e Costa, 2014). Por um lado, esses cidadãos, imersos no tecido social das cidades, são testemunhas individuais; mas, por outro lado, são difusores globais da vida urbana (Bruno, 2008).

Os alertas emitidos no OTT correspondem a textos curtos, com no máximo três linhas. Nota-se uma estrutura textual mais organizada quando as publicações são feitas pelos gestores da ferramenta. Percebemos ainda a existência de intervenções pontuais de caráter pedagógico, no sentido de ensinar a usar a ferramenta, ou de literacia, com a intenção de treinar os participantes para fornecerem informações claras, o mais precisas e detalhadas possível, com indicação de horário e local das ocorrências relatadas.

Em geral, as publicações possuem a seguinte estrutura: No topo aparece o tipo de alerta em letras maiores, acompanhado do símbolo correspondente. Na parte inferior, há a indicação de data, horário da publicação e localização de referência da ocorrência comunicada. Abaixo dessas informações, o aplicativo informa o horário da ocorrência em si, que pode não ser o mesmo da publicação no App, seguido de um texto conciso e informativo, trazendo, inclusive, a motivação ou causa do evento de violência (Figura 2).

Figura 2: estrutura textual dos alertas publicados no App



Fonte: captura do App OTT em 04/12/20 e 26/09/20

Se atentarmos para as informações disponibilizadas mais do que para a estrutura textual da mensagem, vamos perceber alguma semelhança com a técnica jornalística do *lead*, primeiro parágrafo da notícia, onde são respondidas questões básicas (O quê? Quem? Quando? Onde? Como? Porquê?). Na publicação em destaque à esquerda, poderíamos apontar as seguintes respostas para as perguntas: **O quê?** – Disparos Ouvidos; **Quando?** – 4 de dezembro de 2020, às 13h55; **Onde?** – No Centro de Mesquita; e **Porquê?** – Por causa de um assalto na loja Casa & Vídeo. Já no post à direita, poderíamos destacar as seguintes respostas: **O quê?** – Disparos Ouvidos; **Quando?** – 26 de setembro de 2020, às 05h18; **Onde?** – Localidade Campo do Japonês, em Belford Roxo; e **Porquê?** Porque festas com a venda de drogas levam à incursões policiais com possíveis confrontos.

Reparamos que uma das intervenções dos usuários traz informações adicionais sobre feridos e criminosos detidos. No que se refere ao texto dos comentários, notamos que, de certa maneira, o uso das letras maiúsculas, os erros ortográficos e de pontuação, explícitos em alguns

casos, mostram a tensão vivenciada pelas pessoas enquanto compartilham suas experiências de violência.

No recorte histórico de seu estudo sobre os gêneros no campo jornalístico, Seixas (2009) faz uma ligação direta entre o surgimento do paradigma da informação, ainda no século XVIII, e a autoridade profissional dos jornalistas pela adoção e amadurecimento de um padrão de produção textual específico entre os repórteres e editores:

A separação entre *news and comments*, feita pelo Daily Courant no século XVIII, amadurece, imprimindo, cada vez mais, um lugar de autoridade à atividade jornalística, já que o jornalista, agora, decidia quais os elementos mais importantes do acontecimento (competências de seleção e hierarquização) e que mereciam figurar no *lead*. (p.47 [grifos da autora])

Conde (2013) propõe compreender notícia nos ambientes digitais levando em consideração a sua estrutura, normalmente composta por hiperligações, informações hierarquizadas e presença de conteúdo multimídia; e pela personalização das informações resultante de configurações específicas de acordo com os interesses dos usuários. A ideia é que cada indivíduo faça o seu próprio percurso de leitura por meio dos hipertextos. Nesse aspecto, Canavilhas (2001) sugere que o papel proativo dos leitores vai determinar os diversos caminhos de leitura através dos links e do esquema da pirâmide deitada, mas o jornalismo em dispositivos móveis parece tirar pouco proveito dessas possibilidades.

Em termos de estrutura textual, as notícias publicadas nos Apps apresentam uma arquitetura⁸ semelhante aos padrões pré-estabelecidos pelo jornalismo tradicional. Nishiyama (2017) destaca que a pirâmide invertida é a técnica predominante nas seis empresas de comunicação estudadas no Brasil e em Portugal. Para o autor, os jornais se encontram em um processo de experimentação de novas arquiteturas, por enquanto preservando as seguintes características: 1) gênero informativo, 2) notícias correspondem à grande maioria dos formatos das matérias, seguidas das notas, 3) política, esporte e segurança são os temas mais divulgados, 4) a própria redação é a principal fonte das notícias, 5) o texto é o elemento mais utilizado. A sexta e, ao nosso ver, a mais importante característica identificada é a falta de interesse pelas notícias locais. Durante a pesquisa, nenhuma das publicações observadas tinha uma abordagem local.

⁸ O conceito de “arquitetura da notícia” é tomado de empréstimo de Nishiyama (2017, p.148), para quem este conceito corresponde ao design gráfico das plataformas, que remete à estrutura do conteúdo em diferentes mídias proporcionando aos usuários a experiência da interatividade, a imersão, além da possibilidade de eleger seus próprios interesses e se aprofundar neles.

Em um cenário onde uma parcela considerável da população está conectada e consulta notícias através dos *smatphones*, o desinteresse pelos temas locais e hiperlocais parece pouco inteligente, pois abre espaço para a entrada de outros agentes, não necessariamente jornalistas e empresas jornalísticas, nesse campo. No caso específico do nosso estudo, é preciso salientar que não confirmamos a existência de um desinteresse da cobertura jornalística pelos temas locais e hiperlocais relacionados com a violência urbana. Ao contrário, o que conseguimos perceber foi uma certa dependência e apropriação do conteúdo divulgado pelo OTT em virtude dos protocolos de segurança adotados pelos meios tradicionais que protegem os jornalistas, o que também limita a atuação dos profissionais da imprensa nas áreas conflagradas (Chagas Reis; Serra, 2022).

Sabe-se que, no paradigma da comunicação contemporânea, os indivíduos deixam de lado o consumo passivo da informação para assumir um lugar ativo de produção e distribuição de conteúdo. Diariamente, os jornalistas são desafiados pela presença e participação ativa de cidadãos na produção de informações de interesse jornalístico. Daí Mielniczuk (2013, p.114) afirmar que as utilizações das tecnologias de informação e comunicação nas sociedades contemporâneas “inovam, modificam e questionam o fazer jornalístico”.

Para chegar a essa conclusão, a autora se baseia no papel desempenhado pelos jornalistas em dois incêndios ocorridos entre 2009 e 2010, em regiões diferentes do Brasil. Em um dos casos, o repórter furou a barreira de acesso fazendo-se passar por um morador local e a partir de um dispositivo móvel realizou uma transmissão ao vivo para o noticiário do *Grupo RBS* durante 30 minutos. No segundo caso, as informações do incêndio em um morro do Rio de Janeiro já circulavam por diferentes perfis no *Twitter* em menos de meia hora, enquanto a imprensa tradicional demorou quase duas horas para lançar as primeiras notas informativas nos sites. As matérias mais completas só foram publicadas na manhã do dia seguinte e, mesmo assim, fazendo uso dos conteúdos (depoimentos, fotos e vídeos) produzidos e publicados pelos usuários do *Twitter*.

Foram os usuários da internet que proporcionaram a produção e circulação de informações que um grande incêndio demanda e com a urgência exigida do jornalismo, e que por ele não foi atendida nesse caso. Quem respondeu aos anseios dos moradores da cidade não foram as organizações jornalísticas, mas os próprios moradores das proximidades. (Mielniczuk, 2013, p.114)

Nesse caso, os jornalistas até podiam ter aparatos tecnológicos móveis ao seu dispor, mas possivelmente foram limitados pela própria rotina laboral (e talvez também pelas limitações de acesso ao morro onde aconteceu o incêndio). Sendo assim, enquanto os jornalistas não fizeram uso de suas prerrogativas de porta-vozes e mediadores das notícias, os moradores ocuparam esse lugar,

protagonizando a emissão de informações em tempo real daquilo que presenciavam e gravavam por meio de seus dispositivos móveis. Através do *Twitter*, conseguiram publicar informações relevantes para a cidade como um todo de forma contínua, não apenas em textos, mas também com fotografias e vídeos. Em outras palavras, os cidadãos tornaram-se noticiadores, fazendo uso das possibilidades tecnológicas dos *smartphones* e produzindo textos mais curtos (e provavelmente despadronizados), característicos das notícias em Apps (Nishiyama, 2017; Luna e Fante, 2017). Claramente, aos jornalistas sobrou a apropriação do material divulgado pelos cidadãos e uma mera repetição, ainda que textualmente mais ordenada, das informações que já tinham circulado da noite anterior.

No ambiente da comunicação ubíqua das grandes cidades e com a população equipada com celulares, independente do local e do horário em que acontecer um fato de interesse jornalístico, sempre haverá pessoas ávidas por informações, assim como pessoas disponíveis, capazes e com condições técnicas para registrar e relatar os acontecimentos. Assim, cada cidadão em potencial é produtor de informação, *não importando se com intenções ou ambições jornalísticas, mas atuando de alguma forma no campo do jornalismo ou muito próximo dele*. (Mielniczuk, 2013, p.123 [grifos nossos])

Neste contexto, portanto, o potencial de circulação das informações de interesse jornalístico produzidas por não-jornalistas adquire centralidade e o relato ganha *status* de notícia, no sentido de “o que está acontecendo?”, a “informação útil”, atual e atualizada na temporalidade do aqui e do agora, tal como acontece nos casos de violência urbana publicados no aplicativo OTT. Através da ferramenta, os usuários conseguem se manter atualizados com informações de eventos inesperados ocorridos ao seu redor, e também podem comunicá-los quase instantaneamente.

Essa dinâmica de produção e distribuição de relatos tem efeitos sobre o papel que os usuários atribuem ao aplicativo e sobre a maneira como enxergam a sua função, sem falar no modo como interpretam os textos divulgados na ferramenta. O recorte abaixo (Figura 3) é bastante ilustrativo nesse sentido. Ao comentar o alerta “Disparos Ouvidos”, de 31 de outubro de 2020, o usuário demonstra ver o OTT como um “aplicativo de notícias” e pede para que a ferramenta seja aperfeiçoada de modo que ele possa adicionar informações da localidade onde mora.

É possível que o fato de as informações não procederem do jornalismo tradicional não seja um problema para o conjunto geral dos indivíduos, desde que sejam verídicas e passíveis de comprovação. Sendo assim, um acontecimento torna-se notícia não porque sua enunciação está atrelada ao trabalho dos jornalistas ou mesmo porque tem a sua origem nos meios de comunicação tradicionais, mas antes porque os relatos circulam, quando circulam são consumidos, discutidos, corrigidos, compreendidos e reproduzidos, em uma dinâmica contínua, independentemente da estrutura textual com que se apresentam.

Figura 3: OTT visto como aplicativo de notícias



Fonte: captura do App OTT em 31/10/20

Dentro dessa lógica comunicativa, a noção de notícia parece extrapolar aquela convencionalizada pelo jornalismo. Mesmo que não sejam materializados na forma noticiosa padrão, os relatos produzidos pelos cidadãos acabam respondendo às principais perguntas recomendadas para o *lead*, e podem circular por diferentes circuitos não tradicionais de mídia, chegando rapidamente a um número bastante elevado de pessoas conectadas aos ambientes digitais. Nesses circuitos, a notícia pode ser compreendida como um relato noticioso útil ou o que chamamos de “informação útil”, quer dizer, informação altamente relevante produzida de forma absolutamente descentralizada e de maneira conjunta.

Além do mais, Luna e Fante (2017, p.187) demonstraram que mensagens curtas, transmitidas em formato de alertas, já são uma estratégia noticiosa utilizada nos Apps jornalísticos para atrair a atenção imediata dos usuários. As chamadas *pushed news* se encarregam de narrar um fato em formato de notificações. Talvez por isso, os usuários de Apps colaborativos como o OTT também enxerguem os alertas como notícias, pois, na prática, os textos ali publicados apresentam uma estrutura semelhante à utilizada pelas empresas jornalísticas e pelos próprios jornalistas.

Em suma, nossa linha de raciocínio se aproxima da do jornalista britânico e consultor da *Reuters* Jeremy Wagstaff:

Em primeiro lugar, todos estão conectados. Por conectados, quero dizer que eles (cidadãos) podem procurar o que quiserem, desde que estejam perto de um computador conectado à Internet. O que para muitas pessoas significa agora um telefone 3G. [...] Não estamos longe da informação. Isso tem um impacto crítico na ideia de notícia. Em segundo lugar, não há notícias. *Ou pelo menos não existe mais uma tradicional e estabelecida definição do que é notícia. Em vez disso, temos informação.* (Wagstaff, 2010, 103-104 [grifos nossos])

Essas informações são notícias quando oferecem resposta às perguntas: “o que está acontecendo?”, “O que há de novo com você?”. Mas há um aspecto importante que merece ser observado. Ele diz respeito à proximidade das pessoas dos acontecimentos do cotidiano e à possibilidade de comunicarem aquilo que experienciam por meio de seus telefones portáteis.

5. Considerações finais

A padronização do texto jornalístico através do *lead* e do modelo da pirâmide invertida, dentro de uma perspectiva modernizante da imprensa, contribuiu, ao longo da história, para o amadurecimento da autoridade dos profissionais da imprensa, distinguindo os jornalistas de diletantes e amadores pelo domínio das técnicas produtivas da notícia. No interior da comunidade jornalística, esse padrão de produção textual específico teve papel fundamental na construção de uma ideologia que permite aos jornalistas professarem o domínio do saber sobre o que é notícia e como ela deve ser escrita. Com o surgimento das chamadas novas tecnologias e a possibilidade de produção descentralizada de informações de interesse social e jornalístico pelos cidadãos, o jornalismo acabou sendo desafiado em diversos e diferentes aspectos, incluindo na autoridade profissional.

Com essas questões como pano de fundo, este artigo procurou observar o aplicativo Onde Tem Tiroteio, que, embora seja dedicado à comunicação da violência urbana no Brasil e utilizado por, pelo menos, cinco milhões de pessoas, não é gerido por jornalistas, mas por cidadãos que, através da dinâmica colaborativa, conseguem produzir “informação útil” sobre eventos que testemunham, oferecendo panoramas atualizados de locais de conflito, hostis ao trabalho dos repórteres. Dentro do App, a produção textual é predominante e segue um padrão aproximado à técnica do *lead*, procurando responder as principais perguntas – O que? Quem? Quando? Onde? Como? Porquê? –, ainda que as respostas não sigam o modelo das organizações noticiosas convencionais. Os usuários percebem o padrão textual do OTT como notícia e a própria ferramenta como um “aplicativo de notícias”.

Com efeito, o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação promoveu transformações significativas no jornalismo, uma delas foi a adaptação da escrita das notícias para textos curtos em formato de alertas enviados aos usuários. De certa maneira, esse modelo tem sido

assimilado pelas iniciativas não jornalísticas, influenciando o modo como os usuários compreendem a notícia. Sendo assim, no âmbito do uso dos dispositivos móveis e das tecnologias de informação e comunicação, a notícia passa a ser interpretada como “relato noticioso útil” ou “informação útil”, como identificamos no estudo de caso do App OTT. Acreditamos na importância dessas discussões, reconhecendo a necessidade de ampliar os estudos sobre o tema.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Bianca; MATHEUS, Letícia. **Cartografia da violência no Facebook e a experiência do medo**. The cartography of violence on Facebook and the experience of fear. *INTERIN*, 24(1), 242-261, 2019.
- BERGER, Peter. L., & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: vozes, 2004.
- BRUNO, Fernanda. (2009). Controle, Flagrante e Prazer: regimes escópicos e atencionais da vigilância nas cidades. *Revista FAMECOS*, 15(37), 45–53.
- CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: considerações gerais sobre jornalismo na web**. Livros LabCom Books: Covilhã, 2001.
- CAMPONEZ, Carlos. Proposta de novos pactos comunicacionais na era do hiperlocal. **Media e jornalismo de proximidade na era digital**, 11-26, 2017.
- CARDOSO, Letícia; COSTA, Márcio. Notas sobre a prática de pesquisa etnográfica no campo da Comunicação. **Questões Transversais**, 5(10), 2017.
- CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura volume I*. São Paulo, Editora Paz e Terra, 1999.
- CHAGAS REIS, Aline G.; SERRA, Joaquim. **Onde Tem Tiroteio**: informação colaborativa e fluxo distributivo de imagens da violência urbana no Brasil. *UTP.interin.2022.Vol27.N1*.pp58-80.
- CONDE, Mariana. A estrutura da notícia na mídia digital: uma análise comparativa entre o webjornal eo aplicativo para iPad de El País. *In*: CANAVILHAS, J. (org.), **Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. LabCom Books, Covilhã, p.99-120, 2013.
- CORREIA, João Carlos. **O admirável mundo das notícias**: teorias e métodos. LabCom Books, Covilhã, 241p, 2011.
- DEUZE, Mark. **What is Journalism?**: Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*. v.6, n.4, p.442-464 (nov.), 2005.
- FERNANDES, José Carlos; de LIMA, Myriam. Conexões entre o jornalismo hiperlocal e o jornalismo investigativo: algumas reflexões e observações. **Comunicação & Inovação**, 18(36), 51-67, 2017.

- GRADIM, Anabela. **Manual de jornalismo**. Universidade da Beira Interior/Livros Labcom, 203p, 2000.
- GRUPILLO, Aline. **A "Ralé" do Telejornalismo**: o problema do "jornalista amador" no Brasil e a autoridade jornalística. *Revista Compólitica*, 9(2), 2019.
- HINE, Christine. **Virtual Ethnography**. London: SAGE Publications, 2000.
- JORGE, Thaís. **Manual do foca**: guia de sobrevivência para jornalistas. São Paulo (2.ed): Contexto, 234p, 2012.
- LUNA, Diógenes; FANTE, Alexandra. O fato jornalístico narrado por meio de notificações: um olhar sobre a aplicação dos critérios de noticiabilidade na produção das pushed news. *In*: CANAVILHAS, J; RODRIGUES, C. (orgs.), **Jornalismo móvel: linguagem, gênero e modelos de negócios**. Covilhã: LabCom, 175-196, 2017.
- MEDINA, Cremilda (Org). **O Jornalismo na Nova República**. São Paulo: Summus, 1987.
- MIELNICZUK, Luciana. O celular afronta o jornalismo. *In*: BARBOSA, S; MIELNICZUK, L. **Jornalismo e tecnologias móveis**. LabCom Books, Covilhã, p.113-126, 2013.
- NISHIYAMA, Alexandra. F. **Arquiteturas da notícia em dispositivos móveis**: análise de aplicativos jornalísticos brasileiros e portugueses para smartphones, 2017. Tese de Doutorado (Comunicação) – Universidade Metodista de São Paulo/ UBI, 330p.
- NUNES, Pablo. Crime e polícia no #RioDeJaneiro: Relatos em páginas do Facebook. **Boletim Segurança E Cidadania**, 24, 2017
- OLIVEIRA, Nelson; HOLANDA, André. Jornalismo participativo e informação hiperlocal. **O papel de mashups e hashtags na construção da notícia em redes sociais**. *Iniciacom*, Bahia, 2(1), 1-17, 2010.
- SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- SEIXAS, Lia. Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação. **Redefinindo os gêneros jornalísticos: proposta de novos critérios de classificação**, LabCom Books, Covilhã , 463p, 2009.
- SQUIRRA, Sebastião. **Aprender Telejornalismo**: produção e técnica. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SODRÉ, Muniz. **A narração do fato**: notas para uma teoria do acontecimento. Petrópolis, RJ (2.ed): Vozes. 287p, 2012.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2. Ed., 224p, 2005.
- TUCHMAN, Gaye. **Making news**: A study in the construction of reality, 1978.

WAGSTAFF, Jeremy. Oh, My! The future of news! [web page]. Disponível em <http://docplayer.net/31758593-American-forums-the-marketplace-of-ideas.html>. Acesso em 31/01/2021.

ZAGO, Gabriela. **Informações Hiperlocais no Twitter**: produção colaborativa e mobilidade. *In*: 32 Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo, Intercom, 2009.

Informações sobre o Artigo

Resultado de projeto de pesquisa, de dissertação, tese: <não se aplica?>

Fontes de financiamento: <não se aplica?>

Apresentação anterior: <não se aplica?>

Agradecimentos/Contribuições adicionais: <não se aplica?>

Aline Grupillo

Doutoranda em Comunicação na Universidade da Beira Interior (Portugal) e bolsista de investigação no LabCom - Comunicação e Artes.

E-mail: aline.grupillo.reis@ubi.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0917-4704>

Joaquim Paulo Serra

Doutor em Ciências da Comunicação. Professor do Departamento de Comunicação, Filosofia e Política da Universidade da Beira Interior e Investigador integrado da Unidade de I&D LabCom – Comunicação e Artes.

E-mail: pserra@ubi.pt

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7821-3880>